



ATOS COERCITIVOS

A IMPOSIÇÃO DO ESTADO PELO OFICIAL DE JUSTIÇA

OBJETIVO DO CURSO

Este curso abordará todos os aspectos teóricos e práticos necessários ao cumprimento de medidas coercitivas pelo oficial de justiça, garantindo segurança e efetividade da diligência.

POR QUE É IMPORTANTE PARA O OFICIAL DE JUSTIÇA?

O oficial de justiça é o responsável por concretizar a tutela do Estado concedida por variadas determinações judiciais, como busca e apreensão, penhora, reintegração de posse, prisão civil, entre outras.

QUAIS SÃO AS DIFICULDADES DO DIA A DIA?

A dificuldade no cumprimento dos atos coercitivos reflete a responsabilidade decorrente dos direitos de todos os envolvidos, inclusive a integridade física. As diversas interpretações acerca dos dispositivos legais, somados à falta de previsão procedimental, exigem do oficial de justiça postura e comunicação adequadas, amplos conhecimentos empíricos e teóricos nos diversos ramos do direito.

CARGA HORÁRIA: 60 horas

MODALIDADE: EAD, gravado. Administrado na plataforma Hotmart

ACOMPANHAMENTO: Mentoria diária com os alunos, com e-books e modelos de certidões

ACESSO: Período de 1 ano

GERENCIAMENTO: Controle de acesso e relatórios mensais de progresso dos alunos

PROGRAMAÇÃO

1. INTRODUÇÃO
 - 1.1. Apresentação
 - 1.2. A Escola de Oficiais
 - 1.3. Os professores
 - 1.4. Conhecendo a Plataforma
 - 1.5. Conteúdo do curso
 - 1.6. Nossas redes sociais
2. CONFLITOS
 - 2.1. Tipos de atos coercitivos
 - 2.2. Conflitos durante a diligência
 - 2.3. Os requisitos essenciais para a efetividade do ato
3. A COMUNICAÇÃO COMO BASE DA DILIGÊNCIA
 - 3.1. Comunicação não violenta
 - 3.2. Técnicas de conciliação e mediação
4. O DIREITO APLICÁVEL AOS ATOS COERCITIVOS (PARTE 1)
 - 4.1. Conteúdo do módulo
 - 4.2. Princípios da Administração Pública
 - 4.3. Deveres, atribuições e responsabilidades do oficial
 - 4.4. Os direitos básicos dos usuários do serviço público
 - 4.5. Os deveres das partes e de terceiros
 - 4.6. Do tempo dos atos processuais



ATOS COERCITIVOS

A IMPOSIÇÃO DO ESTADO PELO OFICIAL DE JUSTIÇA

5. O DIREITO APLICÁVEL AOS ATOS COERCITIVOS (PARTE 2)
 - 5.1. Conteúdo do módulo
 - 5.2. Inviolabilidade de domicílio e conceito de “casa”
 - 5.3. Conceito de dia e noite
 - 5.4. Mandado para ingresso forçado
 - 5.5. Requisição vs. solicitação de apoio policial
 - 5.6. Penalidades para as partes
 - 5.7. Prisão em flagrante em crimes de menor potencial ofensivo
 - 5.8. Penalidades para o oficial de justiça
6. PREPARAÇÃO PARA A DILIGÊNCIA
 - 6.1. Obtenção de informações em bancos de dados
 - 6.2. Reconhecimento físico e remoto do local
 - 6.3. Diligências em dupla
 - 6.4. Uso do apoio policial
 - 6.5. Posicionamento pessoal e de veículo
 - 6.6. Porte de arma
7. A COERÇÃO COMO FORMA DE EFETIVAR O ATO
 - 7.1. A concessão de prazos e o momento adequado para realizar o ato
 - 7.2. Postura de representante do Estado, impessoalidade e empatia
8. COMO LIDAR COM DESACATO, DESOBEDIÊNCIA E RESISTÊNCIA
 - 8.1. A (des)necessidade de voz de prisão
 - 8.2. Defesa pessoal
 - 8.3. Cuidado com excessos
 - 8.4. Suspensão da diligência
9. ATOS COERCITIVOS E SEUS PROCEDIMENTOS
 - 9.1. Conteúdo do módulo
 - 9.2. Remoção dos bens penhorados ou arrestados
 - 9.3. Busca e apreensão de bens
 - 9.4. Busca e apreensão de pessoas
 - 9.5. Condução coercitiva
 - 9.6. Prisão e Internação compulsória
 - 9.7. Maria da Penha: afastamento do agressor
 - 9.8. Despejo, reintegração e imissão de posse
 - 9.9. Ações possessórias contra movimentos organizados
10. ENCERRAMENTO E CERTIFICAÇÃO
 - 10.1. Cursos Complementares
 - 10.2. Hora da prova!
 - 10.3. Baixando seu Certificado

